



REVELAÇÃO, FÉ E ANÚNCIO (Revelation, Faith and Preaching)

José de Souza Paim

Pós-graduando em Teologia pela PUC/SP

RESUMO

Nas comemorações dos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II e 20 anos da publicação do Catecismo da Igreja, Bento XVI publicou uma Carta intitulada *Porta Fidei*, com a qual foi promulgado o Ano da Fé. Este teve início em 11 de novembro de 2012 e se estendeu até 24 de novembro de 2013. Em 2012 foi também o ano em que aconteceu a XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Nova Evangelização para a transmissão da fé. Na Carta Apostólica *Porta Fidei*, Bento XVI recordou que, nos tempos atuais, a fé não pode ser pressuposta na sociedade e ressaltou a importância de redescobri-la, para fazer “*evidenciar a alegria do encontro com Cristo*”, acolhendo a graça e os ensinamentos do Concílio Vaticano II e o contributo do Catecismo da Igreja em vista da Nova Evangelização para o anúncio da fé. Compreendemos que evidenciar a força e a beleza da fé significa apresentá-la de um modo novo ao homem, mantendo sua integridade essencial. Tal exercício constitui não só um desafio para a Igreja, como também uma tarefa urgente e uma importante contribuição para a formação integral do ser humano. Para dizer a mesma coisa de um modo novo, devemos partir sempre de uma fonte que permita conservar e renovar. A fonte primária da fé é a Revelação Divina e, consequentemente, esta é também a fonte do anúncio do evangelho. Essa ideia, para nós, decisiva na questão da fé e do anúncio, encontra-se na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a Revelação Divina. Sendo assim, nosso artigo consistirá em desenvolver esse pensamento a partir da *Dei Verbum* e pretende ser uma contribuição à catequese, compreendida como processo de iniciação à vida cristã ou vida na fé.

Palavras-chave: Fé; Revelação; Anúncio; Deus; Concílio.

ABSTRACT

On the celebrations of the 50th anniversary of the opening of the Second Vatican Council and the 20th anniversary since the publication of The Catechism of the Catholic Church, Benedict XVI published a Letter entitled *Porta Fidei*, in which it was promulgated the Year of Faith. It began on November 11th 2012 and expired on November 24th 2013. The year of 2012 was also when the XIII Ordinary General Assembly of the Synod of Bishops about The New Evangelization for the Transmission of the Christian Faith took place. On the Apostolic Letter *Porta Fidei*, Benedict XVI remembered that in the current days faith cannot be assumed in society and also pointed out the importance of rediscovering it, to “*show the joy of meeting Christ*”, welcoming the grace and the teachings of the Second Vatican Council and the contribution of the Church's Catechism to The New Evangelization for the preaching of the Christian faith. We understand that pointing out the strength and beauty of faith means to present it in a new way to man, keeping its essential integrity. Such exercise isn't just a challenge for the Church, but also an urgent task and an important contribution to the complete formation of the human being. To say the same thing in a new way we must always come from a source which is capable of preserving and renewing our faith. The primary source of faith is the Divine Revelation and therefore this is also the source of the proclamation of the Gospel. This idea, for us, is decisive for the matter of faith and its announcement, which is found in the Dogmatic Constitution *Dei Verbum* on Divine Revelation. Therefore our article will develop this idea based on *Dei Verbum* and it intends to be a contribution to catechesis, understood as a process of initiation into the Christian life or life in faith.

Keywords: Faith; Revelation; Preaching; God; Council.



INTRODUÇÃO

Na comemoração do quinquagésimo aniversário de abertura do Vaticano II, o papa Bento XVI publicou a Carta Apostólica intitulada *Porta Fidei*, com a qual proclamava o ano da fé. Como bem recordou o papa no documento citado, aquele ano seria uma oportunidade para renovar a fé como ato e em si mesma nas suas mais diversas manifestações: na liturgia, na pastoral, na catequese e de modo especial, na Eucaristia¹.

Na ocasião, o papa dizia também que aquele ano seria uma oportunidade para refletir sobre a fé no âmbito eclesial; na dimensão querigmática, isto é, de anúncio, e lançava um convite à redescoberta da fé². Ademais, alertava para o sentido de que na caminhada da Igreja preocupou-se mais com suas consequências, isto é, a sua vivência na política, na sociedade, na cultura do que com a ela própria e seus conteúdos³, esquecendo-se de que a fé não pode ser mais pressuposta como algo natural da vida diária.

O convite a redescobrir a fé permanece válido. Como compreendemos tal convite? Qual a importância deste exercício?

Em qualquer dicionário da língua portuguesa, lemos que redescobrir é tornar a descobrir; descobrir novamente. Numa linguagem teológica, é voltar às fontes, visitar, reler, refletir, descobrir a beleza do objeto para propor novos caminhos, novos métodos, enfim, é uma atividade sempre necessária.

Em se tratando de redescobrir a fé, seria muito exaustivo tratá-la no seu todo, isto é, na sua dimensão bíblica e teológica, o seu ato, seus conteúdos e as diversas maneiras que ela se manifesta. Não é essa nossa intenção. Nosso objetivo é refletir sobre a fé conforme está definido no quinto número da Constituição Dogmática *Dei Verbum* e a abordaremos como adesão do homem a Deus que se revela. Por isso, antes falaremos da revelação como ato fundante da fé; importância da unidade entre os conteúdos da fé e o ato de crer; anúncio como consequência de ambas as realidades; e por fim, o serviço que ambas prestam à catequese e suas consequências para uma catequese mistagógica.

1. A REVELAÇÃO: ATO FUNDANTE DA FÉ

Como sabemos, o Concílio Vaticano II não elaborou nenhum documento sobre a fé. No entanto, como disse Paulo VI na Catequese da Audiência Geral de 8 de março de 1967, ela foi o alicerce do Concílio, certamente no sentido de que, por ela, o Espírito moveu os corações ao Concílio.⁴

Se o Concílio não trata expressamente da fé, fala da fé a cada página, reconhece o seu caráter vital e sobrenatural, pressupõe-na íntegra e forte, e

¹ BENTO XVI. *Porta Fidei*. Cf. n 9, Carta Apostólica, São Paulo: Paulus, 2011.

² Idem, n 6.

³ Cf. Idem, n 4.

⁴ Catequese na Audiência Geral de 8 de março de 1967, Apud Bento XVI Homilia de quinta-feira, 11 de outubro de 2012 in <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt.html> >> acessado em 08 de julho de 2015.



estrutura as suas doutrinas tendo a fé por alicerce. Bastaria recordar [algumas] afirmações do Concílio (...) para dar-se conta da importância fundamental que o Concílio, em consonância com a Tradição doutrinária da Igreja, atribui à fé, a verdadeira fé, que tem a Cristo por fonte e o Magistério da Igreja como canal.

Não obstante, a *Dei Verbum*, no seu quinto número, está se referindo à fé, porém como um ato de aceitação da revelação divina, que se fundamenta no número anterior, ou seja, o quarto, quando este demonstra que “Cristo completa a revelação”⁵.

Depois de falar muitas vezes e de muitos modos pelos profetas, Deus nos falou agora pelo Filho (Hb 1,1s). Enviou seu Filho, Verbo eterno, que ilumina todos os seres humanos, para morar entre nós e falar-nos da vida de Deus” (cf. Jo 1, 1-18).

A citação de Hebreus nos lembra que a revelação de Deus começa antes da encarnação do Verbo na história. Trata, ao mesmo tempo, num tom solene, das etapas anteriores à plenitude da revelação divina no Verbo e tem a intenção de afirmar a continuidade entre os dois Testamentos. Deus se comunicou por meio de diversos sinais, depois por seus servos - os profetas - e, por último, falou por intermédio de Seu Filho. Conforme o autor sagrado, há as revelações parciais de Deus, e por fim, sua revelação total a partir de Sua Palavra Eterna.

Deus que vinha se revelando de modo gradual, falou de modo total à humanidade. Contudo, falou como Deus, não por sinais, não como profeta nem por meio de profetas e não falou de algo ou de alguém, falou de Si: “Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade”⁶. Aqui está a natureza e o objeto da revelação divina. Sua natureza é que ela é iniciativa de Deus, que quis se manifestar em sua bondade e sabedoria. O texto não põe primeiro o aspecto doutrinário, e sim pessoal da revelação e aqui está uma das novidades da *Dei Verbum*, como bem explicou Latourelle na obra *Teologia da Revelação*⁷.

Ao revelar-se, Deus manifesta o mistério de sua vontade. Aqui está o objeto da revelação: ele não revelou algo de Si mesmo, mas revelou-Se. Quer dizer, Ele é o objeto da revelação. O termo mistério (*Mysterium*) vem do grego e está ligado a Cristo. O mistério, como nos faz perceber o texto conciliar, é o plano de Deus, oculto desde sempre e revelado no tempo em Cristo. Nele, o Deus invisível se torna visível para viver próximo do ser humano e convidá-lo à amizade com ele.

2. FÉ: RESPOSTA DO SER HUMANO A DEUS

Dito algo sobre a revelação, passemos à fé como resposta do ser humano ao Deus que se revela.

⁵ Cf. CONSTITUIÇÃO *Dei Verbum* sobre a revelação divina. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: mensagens, discursos, documentos. São Paulo: 2007.

⁶ Idem: *Dei Verbum* nº 2

⁷ LATOURELLE René. Teologia da Revelação. São Paulo, Paulinas: 1972.



A Deus que se revela, deve-se prestar a obediência da fé (Cf. Rm 16,26; Rm 1, 5; 2 Cor 10, 5s), pela qual o ser humano se entrega livre e inteiramente a Deus, “com total submissão da inteligência e da vontade a Deus, que se revela”, voluntariamente acolhendo a revelação por ele comunicada⁸.

Segundo esse documento conciliar, a fé é um ato que se funda na revelação divina. Deus como aquele que se revela é o objeto da fé e, ao fazê-lo, solicita a resposta do ser humano. Este somente poderá prestar o ato de fé porque Deus se comunicou primeiro.

Temos, portanto aí, a articulação entre revelação e fé. O Concílio Vaticano II não trata da fé de uma maneira geral ou de qualquer dimensão dessa natureza, mas refere-se a ela como resposta humana à iniciativa divina. Então, conforme o Concílio, a revelação confere um caráter teologal à fé e esta estabelece entre Deus e o homem uma relação viva, pessoal e dialogal. Por ela, o homem se entrega livremente e totalmente a Deus e aí começa uma amizade entre ambos.

Ela não é resposta humana, porém, sem antes ser desejo de Deus. Assim continua o texto da Constituição Conciliar:

Esta prestação da fé não se faz sem o auxílio anterior da graça de Deus e o suporte do Espírito Santo, que leva o coração à conversão para Deus, abre os olhos da mente e dá “a todos o gosto de acolher a verdade e acreditar nela”. O Espírito Santo com seus dons vai aperfeiçoando a fé, para que entenda a revelação de modo cada vez mais profundo⁹.

Sem essa iniciativa de Deus e a ação do Espírito que move os corações, não poderia acontecer da parte do homem a prestação da obediência da fé e a entrega humana não seria total e livre. Pois é o próprio Deus, por meio de seu Espírito, que converte e conduz os corações humanos para si, ilumina a inteligência e abre a vontade para que se voltem e digam sim a Ele. Ao mesmo tempo, isso confere à fé o caráter de dom, aí repousa a dimensão teologal.

Também é graças à ação do Espírito que move os corações à fé que o ser humano acolhe, compreende e aprofunda a revelação divina. Sem ela não seria possível ao homem nenhuma coisa nem outra.

3. AS VERDADES REVELADAS

Dito algo sobre o ato de fé, o Concílio dirá algo sobre as verdades da fé. Tal abordagem do Concílio é o retorno à unidade que deve haver entre as duas dimensões da fé: a fé objetiva (*fides quae*) e fé subjetiva (*fides qua*).

⁸ APUD n. 5 da *Dei Verbum*. Sobre a revelação divina. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.

⁹ Idem, *Dei Verbum* 5.



Tal distinção se encontra no Livro *A Trindade*, de Santo Agostinho: o doutor de Hipona fez a distinção entre ambas: a *fides quae* é a o ato de crer, fundado na Revelação¹⁰. A *fides qua* são os conteúdos da fé acolhidos por aquele que crê, ou seja, é a dimensão subjetiva da fé.

A distinção entre ambas levou a uma preferência de uma ou de outra. Alguns começaram a enfatizar mais a importância do dado objetivo da fé, isto é, do intelecto. Outros davam primazia à dimensão subjetiva da fé, isto é, a liberdade, vontade e afeto.

Distinguir não é separar e, em se tratando da fé como resposta à revelação de Deus, toda distinção se dá no âmbito da linguagem, não do evento. Por isso, o Concílio, logo após falar da fé, menciona as verdades reveladas. No sexto número da *Dei Verbum*, lemos:

Pela revelação divina, Deus quis se manifestar e comunicar-se a si mesmo, e a seus decretos sobre a salvação dos seres humanos, “chamando-os para participar dos bens divinos, que ultrapassam inteiramente a inteligência humana¹¹.”

Conforme Latourelle, ao falar sobre as verdades reveladas, o Vaticano II retoma algo já dito no Vaticano I, na Constituição *Dei Filius*, contudo faz duas mudanças importantes: o uso dos verbos *manifestar* e *comunicar*, enquanto que o Vaticano I usou somente o verbo *revelar*¹². Aqui se encontra outra novidade trazida pelo Vaticano II: a revelação primeiro é comunicação da vida divina e depois, ao revelar sua vida, Deus revela seus decretos eternos em vista da salvação do homem. Não os revela para satisfazer a vontade humana ou por qualquer outro motivo, mas o faz para convidar o ser humano a participar de Sua vida. Então, ambas as dimensões da fé não podem ser separadas. Uma não pode ser completa sem a outra. Uma sem a outra leva a extremos, como bem afirma Sesbouë, no capítulo XIII, intitulado “A Comunicação da Palavra de Deus: *Dei Verbum*”, na obra *História do Dogma*, tomo 4, com o título *A Palavra da Salvação*:

O Concílio procurou lembrar os dois aspectos, começando pelo abandono total do homem a Deus. Na verdade, as duas concepções são parciais e podem cair em erro. A fé-confiança não pode existir sem conteúdo, como a fé-assentimento à doutrina não pode decair para uma fé despersonalizada¹³.

No tocante ao exposto acima, queremos dizer que, se se acentuar demais a dimensão subjetiva da fé, cai-se num espiritualismo. É algo sem conteúdo? E, se por outro lado, se acentuar o caráter objetivo da fé, sem considerar sua outra dimensão, cai-se num certo racionalismo.

¹⁰ Santo Agostinho – *A Trindade*, Livro XIII, cap. 2 n° 5. São Paulo: Paulus, 1995.

¹¹ APUD n. 6 da *Dei Verbum*. Sobre a revelação divina. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.

¹² LATOURELLE René. *Teologia da Revelação*. São Paulo: Paulinas, 1972, p. 386.

¹³ SESBOUË. B. A Comunicação da Palavra de Deus: *Dei Verbum*. In: *História dos Dogmas*. Tomo 4. *A Palavra da Salvação (séculos XVIII – XX)*. São Paulo: Loyola, 2013, p. 432.



Creemos que a novidade maior do Concílio, ao unir a fé à revelação, quis tratar do encontro entre Deus e o homem e da descoberta do “Tu” divino que fala ao eu humano, nascendo daí a relação interpessoal. Em vez de acentuar muito a força argumentativa da fé ou a dimensão doutrinária ou muito transcendente, como se a fé fosse possível apenas aos perfeitos e não um dom de Deus, o convite do Concílio trata mais de ajudar o ser humano a descobrir em si o dom da fé, sua força, sua beleza que nasce da iniciativa de Deus e do encontro dele com o ser humano. De certo modo, lemos isso no Dicionário Crítico de Teologia:

O ato de fé aparece, então, na corrente principal das teologias de todas as confissões, como descoberta de um Tu divino. Uma apologética da *prova* tende então necessariamente a apagar-se por trás de uma pedagogia da experiência espiritual, que visa a iniciar de maneira unificada a uma *experiência cristã* cuja possibilidade sabe estar inscrita a priori em todo homem¹⁴.

É certo que o autor aborda a questão tendo em mente uma realidade mais abrangente, enquanto que estamos tratando da fé de modo bem específico: como resposta à revelação. O que foi dito acima, contudo, vale também para esta especificidade da fé. Continua um desafio superar uma abordagem a princípio apologética sobre a fé e buscar construir um discurso mais pedagógico que ajude na descoberta do Tu divino na existência humana.

Embora sendo uma adesão do coração, a fé não é um ato sem conteúdo e, mesmo sabendo que o enunciado do evento não o esgota, não significa conceber sua realidade como algo inexprimível e ininteligível; pelo contrário, todo evento importante produz significado e exige ser enunciado. Por isso mesmo o ato de ‘crer’ e os conteúdos da fé formam uma unidade. Faz-se necessário redescobrir essa unidade e propô-la novamente às pessoas.

4. O ANÚNCIO DO EVANGELHO

O Documento Conciliar a que estamos nos referindo, *Dei Verbum*, em seu número 7 enfatiza que:

Cheio de bondade, Deus estabeleceu que a revelação destinada a todos os povos se mantivesse na sua integridade através dos tempos e fosse transmitida a todas as gerações. Por isso, o Cristo Senhor, em quem se completou toda a revelação de Deus altíssimo (cf. 2 Cor 1,20), comunicou aos apóstolos os dons divinos e os encarregou de pregar a todos o Evangelho prometido aos profetas, por ele cumprido e promulgado por sua própria boca, como a fonte da verdade salutar e a expressão da correta maneira de viver¹⁵.

¹⁴ LACOSTE Jean-Yves e LOSSKY Nicolas. A Fé. In: Dicionário Crítico de Teologia, p. 732. São Paulo: Paulinas & Edições Loyola, 2004.

¹⁵ APUD n. 6 da *Dei Verbum*. Sobre a revelação divina. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: mensagens, discursos, documentos. Paulinas, São Paulo: Paulinas, 2007.



O Capítulo II desse mesmo documento trata do anúncio da revelação e podemos acrescentar que é também anúncio da fé. Como temos notado, o texto segue uma lógica: revelação de Deus, fundamento da fé; fé, resposta do homem a Deus e anúncio da revelação. Estas três realidades formam uma unidade profunda: o anúncio é fruto da revelação e consequência da fé.

O Concílio, além de tratar neste segundo capítulo do anúncio do Evangelho, tratará da Tradição antes de relacioná-la com as Escrituras. Nós não abordaremos este tema, o qual aborda as duas fontes da revelação e que já era uma dificuldade para o diálogo ecumênico com o protestantismo luterano.

Como afirma o nº 7 do II capítulo, a vontade de Deus é que sua revelação seja anunciada de modo integral a todo ser humano. O mandato de Deus se estendeu por Jesus aos discípulos. Ele, como revelador pleno de Deus, comunicou a vida divina com quantos se encontrou na sua existência histórica, escolheu discípulos e os capacitou com seus dons para que fossem suas testemunhas e anunciadores do evangelho do qual ele é promessa e cumprimento. Há inúmeras passagens bíblicas onde aparece tal realidade. (Mt 28, 19-20; Mc 16, 15).

O mandato de Jesus aos discípulos para anunciar o evangelho foi cumprido por eles integralmente, isto é, não somente por meio de palavras, como também com o testemunho da vida, com exemplos, com gestos, sinais que confirmavam suas palavras, com um modo de vida semelhante ao de Jesus. Certamente o desejo de Deus, do qual fala o Concílio, de que sua revelação fosse transmitida integralmente, foi por eles cumprida; porém, mais do que por palavras e gestos, pela fidelidade e pela obediência do coração a Deus e ao evangelho. A transmissão da revelação dá-se, como percebemos no texto conciliar, pelo anúncio do Evangelho. O anúncio se dá na força do Espírito Santo. Há então, aqui, uma relação íntima entre Palavra e Espírito. O Concílio resgata novamente essa relação íntima e profunda entre as duas realidades, contida na própria Escritura: *Mas recebereis uma força, a do Espírito Santo que descera sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e a Samaria, e até os confins da terra*¹⁶. O Espírito é a condição necessária para os apóstolos serem realmente as testemunhas de Cristo no anúncio do Evangelho.

Para a revelação ser conservada e guardada, deve ser transmitida e no modo como o foi por Cristo, isto é, deve ser respeitada sua maneira original, que é interpessoal, ou seja, a comunicação de uma pessoa a outra. E na sua base está antes de tudo uma Pessoa, não a oralidade nem a escrita, mas o próprio Jesus Cristo, autor e consumidor da revelação e da fé: *Com os olhos fixos naquele que é o iniciador e consumidor da fé, Jesus, que em vez da alegria que lhe foi proposta, sofreu a cruz, desprezando a vergonha, e se assentou à direita do trono de Deus*¹⁷. Por isso, anunciar o evangelho não é transmitir primeiramente uma doutrina ou verdade, e sim comunicar e testemunhar a alguém, Jesus Cristo.

¹⁶ Atos dos Apóstolos. Cap. 1 v 8. Bíblia de Jerusalém, 3ª impressão. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

¹⁷ Carta aos Hebreus Cap. 12v. 2. Bíblia de Jerusalém, 3ª impressão, São Paulo: Edições Paulinas, 1987.



No discurso de abertura solene do Concílio Vaticano II, o papa João XXIII afirmou que o objetivo daquele evento não seria o de discutir doutrinas, e sim transmitir integralmente e de um modo novo a doutrina cristã, isto é, a revelação, doutrina certa e imutável que o fiel acolhe pela fé¹⁸. De acordo com João XXIII, o Concílio deveria propor novamente ou de um novo modo, a mesma verdade revelada, ou ainda, apresentar novamente Cristo, Verbo de Deus, à humanidade. No entanto, deveria conservar intacto o depósito da fé e mudar a maneira de transmiti-la. É o que afirmou aquele papa na abertura solene daquela reunião:

Uma coisa é o depósito da fé, as verdades que constituem o conteúdo doutrinário propriamente dito. Outra, o modo como são expressas, mantendo-se sempre o mesmo sentido e a mesma verdade. Deve-se dar grande importância a essa maneira de exprimir e buscá-la com toda a paciência necessária, mostrando em que se baseia uma expressão porventura nova, como e por que convém ao magistério hoje, especialmente por razões pastorais¹⁹.

Esta mesma consciência tem o Papa Francisco e a manifesta na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*:

Ao mesmo tempo, as enormes e rápidas mudanças culturais exigem que prestemos constante atenção ao tentar exprimir as verdades de sempre numa linguagem que permita reconhecer a sua permanente novidade. Por vezes, mesmo ouvindo uma linguagem totalmente ortodoxa, aquilo que os fiéis recebem, devido à linguagem que eles mesmos utilizam e compreendem, é algo que não corresponde ao verdadeiro Evangelho de Jesus Cristo. Com a santa intenção de lhes comunicar a verdade sobre Deus e o ser humano, em algumas ocasiões, damos-lhes um falso deus ou um ideal humano que não é verdadeiramente cristão²⁰.

O convite feito por João XXIII de apresentar de um modo novo a mesma verdade revelada e retomada por Francisco foi a intenção do Concílio e hoje comanda a compreensão do anúncio do Evangelho ou da Nova Evangelização. Contudo, não caiu no esquecimento no tempo posterior ao Vaticano II e, como há um ou dois anos apenas retornasse a este ponto, houve uma sucessão de eventos e documentos, chamando a Igreja sempre e novamente a esta novidade de recordar e trazer mais uma vez a Palavra de Deus para o centro do anúncio.

É o que lemos na Exortação Apostólica *Verbum Domini*, do papa Bento XVI. Nela o papa afirma que o mistério de Deus revelou-se no Verbo Encarnado e, ao fazê-lo, se comunicou a Si mesmo. Essa comunicação da Palavra de Deus é a boa nova de sempre. E, com isso, refez novamente o convite: *Desejo indicar algumas linhas fundamentais para a redescoberta, na vida da Igreja, da Palavra Divina, fonte de constante*

¹⁸ Cf. JOÃO XXIII, Discurso de inauguração do Concílio Vaticano II. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: mensagens, discursos, documentos, São Paulo: Paulinas, 2007, p. 32.

¹⁹ Idem, p. 32.

²⁰ FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. Exortação Apostólica. 2013. São Paulo: Edições CNBB, 2013. n. 41.



*renovação, com a esperança de que a mesma se torne cada vez mais o coração de toda atividade eclesial*²¹. A intenção é claríssima: a Palavra de Deus é a eterna novidade que deve ter a primazia no anúncio do Evangelho. Ele retoma o Concílio, usando outras categorias, porém dizendo a mesma coisa: que o anúncio se dá pela transmissão da Palavra de Deus ou da Revelação e que ela é a base de toda ação eclesial.

Esta é a descoberta da qual Bento XVI fala na carta *Porta Fidei* e que deve impulsionar nossas reflexões nas diversas realidades eclesiais: pastorais, movimentos, Comunidades de Base, Comunidades de Vida e catequese, alcançando o maior número de pessoas possível para que chegue também nas muitas camadas da existência humana, na família, na política, no mundo do trabalho, enfim, na sociedade como um todo. E não somente refletir, mas motivar-nos a ir ao encontro do outro para anunciar o Evangelho ou, como disse Francisco, *A Alegria do Evangelho*. Anunciar na alegria de Cristo o Evangelho no mundo atual.

Dito algo sobre o anúncio do evangelho, devemos dizer algo sobre o serviço que a revelação e a fé prestam à catequese e suas consequências para esta.

5. A REVELAÇÃO E A FÉ A SERVIÇO DA INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ

Em referência ao Ano da Fé, o papa Bento XVI, na Carta *Porta da Fé*, disse que seria uma ocasião para descobrir novamente os conteúdos da fé, manifestados em diversos momentos na vida da Igreja, nas celebrações, liturgia, sacramentos, ritos, profissão e vivência. Os conteúdos da fé, como já tivemos ocasião de demonstrar neste artigo, tratam de sua dimensão subjetiva, ou seja, do modo como o ser humano a acolhe e a vive, ou seja, é a resposta do humano ao Divino que se revela²². Nesse mesmo documento, Bento XVI recordava que hoje não se deve pressupor a fé como algo natural na vida das pessoas e daí a necessidade de a Igreja empenhar-se mais em redescobrir seu caminho para comunicá-la com ardor. Redescobrir seus conteúdos, professá-la e apresentá-la como um alegre encontro do homem com Cristo.

A fé é o dar-se de Deus ao humano e o acolhimento humano é o dar-se ao divino. Com isso, dizemos então que ela é a experiência que o homem faz de Deus. Tal experiência é o que confere sentido à existência humana.

Nesse sentido, a iniciação à vida cristã deve conduzir o ser humano cada vez mais à experiência da fé. Devemos recordar o que Bento XVI disse na abertura da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe conforme se pode ler no nº 243 do Documento de Aparecida: *Não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas através do encontro com um acontecimento, com uma*

²¹ BENTO XVI. *Verbum Domini*. Paulinas, São Paulo, 2010.

²² BENTO XVI. *Porta Fidei*. Carta Apostólica, Cf. n 9, 2011. São Paulo: Paulus, 2011.



*peessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva*²³. A vida de fé nasce e se desenvolve a partir do encontro do ser humano com Jesus e ela não é um oposto à vida humana, pelo contrário, ela produz experiência que se desdobra na vida do dia a dia e de modo integral, não somente no âmbito eclesial, como também no todo da existência humana.

A fé que gera a experiência do encontro, no entanto, é a transmissão da Palavra de Deus; não de qualquer palavra, mas do Verbo encarnado e vivo que revela Deus e convida o ser humano a acolhê-Lo. Por isso, dizemos que a manifestação do Verbo de Deus é que permite ao homem assentir-Lhe livre e totalmente. Sem o movimento primeiro da Palavra, não haveria fé como adesão e resposta livres e, sem a fé, não haveria a experiência do encontro, fundamento da iniciação à vida cristã.

Tendo sido dito até agora a respeito da importância da revelação e da fé para a vida cristã, devemos considerar o que está no início da catequese. Não nos referimos a ela apenas no sentido de preparação para um sacramento, e sim no sentido mistagógico, como um processo orgânico, no qual se encontra o anúncio integral do evangelho. É a catequese como iniciação ao mistério de Cristo que nos faz intuir o próprio termo iniciação.

6. INICIAÇÃO CRISTÃ

Segundo IGNÁCIO (2007:18), o termo iniciação vem do verbo latino *initiare*, derivado do substantivo *initium*, começo, em cuja raiz encontra-se o verbo *inere*, entrar. Sugere a ideia de começar, a de introduzir alguém em algo²⁴.

Para os padres gregos, tanto pode ser: 1) *myesis*, iniciação (ao mistério), do verbo *myeo*, inicio-me (no mistério, de onde surgem as expressões *mystes* e *memioumenos*, iniciado; *mysterium*, mistério; *mystagogeio*, início no mistério; *mystagogos*, iniciador e *mystagogia*, ação de conduzir; 2) *Telete*, iniciação, rito: do verbo *teleio*, cumpro, aperfeiçoar, derivado de *telos*, fim, término; daí surge as expressões *teloumenos*, iniciado; *teleiosis*, consagração²⁵. A partir da significação original do latim e do grego, já podemos supor que iniciação significa ser introduzido, deixar-se introduzir no mistério, o que sugere uma ação conjunta: aquele que conduz e aquele que se deixa conduzir. Nesse movimento, o próprio pedagogo é o Espírito Santo. Tanto o ministro, como o que é iniciado são instrumentos do Espírito Santo.

Ainda sobre a realidade originária do termo, a partir de Nocent, percebemos que o termo iniciação nos remete às religiões de mistérios, quase contemporâneas à entrada do cristianismo em Roma²⁶. Nesse sentido, quando se trata de iniciação cristã, faz-se

²³ DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. n. 243, São Paulo: Paulus, 2007.

²⁴ OÑATIBIA Ignácio. *Batismo e Confirmação: sacramentos de iniciação*. São Paulo: Paulinas, 2007. – (Coleção Sacramentos e Sacramentais). p. 18.

²⁵ Idem. p. 18.

²⁶ Cf. NOCENT A., “Iniciação Cristã”, in Dicionário de Liturgia. São Paulo: Paulinas, 1992, p.593.



necessário salvaguardar a instituição cristã. Tal termo é de uma realidade antropológica universal, ou seja, algo próprio do homem, contudo, na instituição cristã, ganha uma definição própria por se tratar de uma realidade própria. Se nas religiões místicas o termo significa ser introduzido em algo até então desconhecido, misterioso para o iniciado, na Igreja significa que o homem é iniciado no mistério de Cristo. Com isso, ele passa por etapas indispensáveis para tornar-se participante da comunidade eclesial e no seu culto em Espírito e verdade.

Quando se fala da iniciação no âmbito antropológico, não significa ser iniciado em algum conhecimento científico, e sim de ser inserido num grupo social, grupo de pessoas. Determinado grupo já goza de uma cultura específica, costumes e língua próprios. Isso significa que ao iniciado lhe é transmitida toda tradição e costume daquele grupo e o iniciado recebe tudo por meio da escuta e do acolhimento, sendo que isso é necessário para que aconteça a integração. Assim também acontece com o processo de iniciação cristã: o homem não é essencialmente cristão, assim como também não é budista etc., mas ele se torna cristão, adere àquilo que lhe é proposto e vem a ser cristão, assim como também se torna espírita, judeu etc. O homem é essencialmente ser humano e, portanto, ser cristão é algo não da natureza e sim da existência: “O ser cristão não é um fato natural, porém algo que se sobrepõe à existência. Tornar-se cristão é primordialmente se enxertar no mistério de Cristo morto e ressuscitado, que não é um mito, mas um acontecimento salvífico histórico”.

Após abordar a respeito do sentido do termo ‘iniciação à vida cristã’, podemos dizer que a consequência ou consequências da revelação e da fé a serviço da catequese é que esta se torna essencialmente mistagógica, isto é, caminho que leva ao encontro com o Senhor e, portanto, geradora de discípulos-missionários.

Creemos que este tem sido, sobretudo a partir do Vaticano II, o convite da Igreja por meio dos papas, dos Sínodos, das Conferências, dirigido a todos: o de fazer a experiência inaudita da Palavra de Deus, viver a experiência do encontro pessoal com Jesus Cristo, responder à interpelação da palavra de Deus por meio da fé para anunciar Jesus Cristo e o Seu evangelho com ardor e alegria no mundo. Por esta via, será possível viver verdadeiramente sempre a dinâmica da ruptura na continuidade, isto é, sempre a mesma e nova revelação, fé e anúncio.

CONCLUSÃO

Nossa intenção neste artigo foi percorrer um itinerário envolvendo revelação, fé e anúncio. Tentamos mostrar que na revelação está a comunicação da Palavra de Deus e a novidade sobre essa realidade apresentada pela *Dei Verbum* é que, além de se tratar do ápice da revelação cristã, Deus revela seu próprio ser. Ao se revelar, Ele entra em comunicação com o ser humano e solicita-o à adesão pela fé.

Da iniciativa de Deus, nasce a fé do homem como primeiro ato de entrega livre e voluntariamente, e, ao mesmo tempo, de compreensão de Deus, uma vez que, ao se comunicar, Deus também revela sua vontade ou seus decretos, guardados na eternidade



e agora manifestados. Tais conteúdos refere-se à economia da salvação de Deus para o ser humano, sendo que isso provém de sua bondade em salvar o humano. Tal economia foi igualmente manifestada em Jesus Cristo.

Os conteúdos de fé também se referem ao modo como o ser humano vive a experiência desta e se posiciona como homem de fé nas diversas camadas da vida e nas várias realidades em que está inserido. Daí a importância - e este é o convite de Bento XVI na Carta *Porta da Fé* - de descobrir os conteúdos de fé e apresentá-los novamente ao ser humano. Não pode fazê-lo, porém, sem que antes se redescubra a primazia da Palavra de Deus na própria dinâmica da fé como resposta. Porque, mesmo que o homem quisesse - sem a iniciativa divina, sem o desejo de Deus e sem o impulso do Espírito que move os corações - jamais poderia dizer sim a Deus na totalidade de seu ser.

Da revelação divina e da resposta humana, isto é, do encontro, nasce o anúncio do evangelho. Jesus Cristo, revelador de Deus, escolheu pessoas e as encarregou do anúncio do evangelho. O anúncio não se dá somente na forma da oralidade, como também pelo modo de vida, pelo testemunho, por gestos, atos, sinais e nas diversas tarefas que a Igreja executa. No entanto, se dá, sobretudo, na fidelidade ao depósito da fé, isto é, na revelação divina. Novamente volta a primazia da Palavra no anúncio do evangelho.

Por fim, a revelação serve também à catequese, entendida como mistagogia, que é um processo orgânico e vital. O esforço da Igreja deve ser, nesse processo, de conduzir o ser humano à inserção ao mistério. É claro que o acesso ao mistério é possível ao ser humano graças à ação do Espírito Santo, contudo por meio da catequese, isto é, da transmissão da fé. Fundada em Cristo, a Igreja pode oferecer ao homem a oportunidade de aprofundar a experiência no mistério de Cristo.

BIBLIOGRAFIA

BENTO XVI. *Porta Fidei*. Carta Apostólica, 2011. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. *Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas, 2010.

BÍBLIA DE JERUSALÉM, Atos dos Apóstolos. Cap. 1 v 8., 3ª impressão. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

_____, Carta aos Hebreus Cap. 12 v.2., 3ª impressão. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

CATEQUESE NA AUDIÊNCIA GERAL de 8 de março de 1967, Apud Bento XVI Homilia de quinta-feira 11 de outubro de 2012 in <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt.html> >> acessado em 08 de julho de 2015.

CONSTITUIÇÃO Dei Verbum sobre a revelação divina. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.



Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952X. Vol. 9, n. 16, jul/dez, 2015, p. 103-115

DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, n. 243, 2007.

FRANCISCO. Evangelii Gaudium. Exortação Apostólica. 2013. São Paulo: Edições CNBB, 2013. n. 41.

JOÃO XXIII. Discurso de inauguração do Concílio Vaticano II. In: CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Vaticano II: mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 32.

LACOSTE Jean-Yves e LOSSKY Nicolas. A Fé. In: Dicionário Crítico de Teologia. São Paulo: Paulinas & Edições Loyola, 2004.

LATOURELLE René. Teologia da Revelação. São Paulo: Paulinas, 1972.

NOCENT, A. Iniciação Cristã. in Dicionário de Liturgia. São Paulo: Paulinas, 1992.

OÑATIBIA Ignácio. *Batismo e Confirmação: Sacramentos de Iniciação*. São Paulo: Paulinas, (Coleção Sacramentos e Sacramentais) 2007.

SANTO AGOSTINHO – *A Trindade*, Livro XIII, cap 2 n° 5. São Paulo: Paulus, 1995

SESBOÛË. B. A Comunicação da Palavra de Deus: Dei Verbum. In: *História dos Dogmas. Tomo 4. A Palavra da Salvação (séculos XVIII – XX)*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.